

ENSINO DE ARTE E CUIDADO EM SALA DE AULA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA EM FORMAÇÃO¹

Victor Junger²

Marcelle Paola Silva Santos³

Fabiola Martins Ferreira da Rocha⁴

Rodrigo do Nascimento Adão⁵

No intuito de apresentar nossas experiências no subprojeto PIBID/Artes Visuais, procuramos com o presente relato compartilhá-las em duas partes: primeiramente, com a descrição das escolas em que tivemos participação nos últimos meses; e, em seguida, com a descrição das atividades realizadas com acompanhamento da professora supervisora e observação participativa do seu trabalho. Por fim, apresentaremos uma breve reflexão do que pudemos aprender com a professora supervisora, os colegas bolsista e os coordenadores de área. Esperamos, com tal apresentação, expor de forma breve e consistente os principais aspectos de nossa experiência de formação.

O Colégio Estadual Paulo de Frontin foi fundado no ano de 1919 sob a nomenclatura Escola Profissional Paulo de Frontin e, com o passar dos anos, veio a ser conhecido pelo nome atual atendendo o público em geral. Atualmente, a escola faz parte da Rede Estadual de Ensino e é responsável pelo atendimento de estudantes da etapa do Ensino Médio, nos turnos da manhã, tarde e noite. O corpo docente se organiza para o cumprimento curricular desta etapa do ensino, em atenção às orientações do Conselho Estadual de Educação. O corpo discente atendido é constituído em grande parte por alunos moradores das imediações do Colégio, majoritariamente negros e de classes populares. O Colégio possui quadra, auditório, sala de vídeo e biblioteca recém-reformados, além das salas de aulas, sala de professores, pátio e refeitório. Os recursos didáticos são compostos por livros didáticos, materiais pedagógicos produzidos pelos professores, televisão, quadro, etc.

As turmas acompanhadas no Colégio correspondem ao segundo ano do Ensino Médio, com meninos e meninas na faixa etária dos quinze e dezesseis anos, majoritariamente negros e

¹O presente trabalho é fruto de pesquisa realizada no contexto do subprojeto PIBID/Artes Visuais, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

²Professor Adjunto do Departamento de Ensino da Arte e Cultura Popular, Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientador das pesquisas vinculadas ao subprojeto PIBID/Artes Visuais. E-mail: victorjunger@gmail.com

³ Licenciando em Artes Visuais, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista do subprojeto PIBID/Artes Visuais. E-mail: cellepaolas@gmail.com

⁴ Licenciando em Artes Visuais, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista do subprojeto PIBID/Artes Visuais. E-mail: fabimartinsartvs@gmail.com

⁵ Licenciando em Artes Visuais, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista do subprojeto PIBID/Artes Visuais. E-mail: rodrigonadao29@gmail.com

pertencendo às classes populares.

A Escola Municipal Conde de Agrolongo foi fundada em 1939 no bairro da Penha, a partir da herança deixada por um rico comerciante da região. A escola faz parte da Rede Municipal de Ensino, sendo responsável pela etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O corpo docente se organiza para o cumprimento curricular dessa etapa do ensino, em atenção também às orientações do Conselho Municipal de Educação e à legislação em vigor. O corpo discente atendido é constituído em grande parte por alunos moradores das imediações da escola, majoritariamente negros e de classes populares. A escola possui quadra, auditório, sala de vídeo, sala de recursos e biblioteca, além das salas de aulas, sala de professores, pátio e refeitório. Os recursos didáticos são compostos por livros didáticos, materiais pedagógicos produzidos pelos professores, televisão, quadro, etc.

As turmas acompanhadas na escola compreendem ao primeiro, segundo, terceiro e sexto ano do Ensino Fundamental, com meninos e meninas na faixa etária dos seis aos doze anos, majoritariamente negros e pertencendo às classes populares.

Nesse sentido, observamos episódios em que a participação dos estudantes se destacavam em função das suas dificuldades e dos seus limites, a recusa em cumprir as propostas curriculares ou o conflito quando se tratava do compartilhamento de tarefas em grupo, evidenciando com isso demandas que não se restringem ao trabalho pedagógico de sala de aula, como parecem estar articuladas a questões de saúde física e mental. Isto é, os conflitos que gostaríamos de compartilhar aqui dizem respeito a suspeitas sobre demandas que se articulam aos objetivos característicos na área da saúde, uma vez que se apresentam de forma reiterada no cotidiano da sala de aula, sendo uma dimensão dos currículos envolvido com as atitudes, os comportamentos e os cuidados de si e dos outros.

Um dos casos que acompanhamos ocorreu na etapa do Ensino Médio e, inicialmente, teve como ponto de partida o estranhamento percebido por uma aluna em relação a um de nós, bolsistas do PIBID/Artes Visuais, no primeiro dia de frequência à turma, sendo somente identificado quando as amigas das estudantes comunicaram no final da aula o descontentamento da aluna. Antes não havia sido percebido nenhum comportamento excepcional e a aula pode transcorrer normalmente com a participação da estudante que, por sua vez, possui um histórico de desentendimentos e conflitos diretos com colegas e outros professores, o que a prejudica também na frequência à escola e, principalmente, na participação das propostas curriculares.

Desde então, acompanhamos ela que, no primeiro dia, esteve muito irritada e, após conversa com a professora supervisora, passou a assistir nos procedimentos das propostas em arte e nas orientações aos demais colegas, completamente diferente do seu comportamento nos últimos anos de pandemia. Isso nos permitiu perceber o quanto a estudante gostaria de estabelecer vínculos com

a turma e conosco a despeito das suas dificuldades que, após tal mudança, destacou-se mais ainda nas propostas curriculares, sendo para nós um desafio a pensar em como incentivá-la a cuidar da sua participação e se pensar junto com os demais colegas, em um movimento possível de apropriação dos conteúdos de arte.

Outro caso de aluno que nos chamou atenção foi uma criança da etapa do Ensino Fundamental com dificuldades de participação a ponto de encerrar as aulas em baixo de uma mesa sentado e sem falar com os demais colegas. No princípio quando iniciamos o acompanhamento dessa turma, seu comportamento foi um dos primeiros casos a nos chamar a atenção não somente por ser irritadiço e, por vezes, resultar em pequenos gritos, como manifestar a recusa em conversar sobre o que ele sente e deseja para conseguir se equilibrar em sala, o que foi praticado em diversas situações e com diferentes abordagens por cada um de nós, sem alcançar grandes avanços nessa tentativa de atendimento da criança.

A respeito das suas dificuldades e dos seus conflitos em sala, procuramos discutir intensamente o caso em nossas reuniões de planejamento pensando detalhes da rotina da criança que pudessem nos oferecer indícios consistentes para uma eventual abordagem. Entre as alternativas que nos pareceram imediatas e, talvez, satisfatórias, foi o estabelecimento de uma rotina em que, acompanhada por um de nós, a criança pudesse sair da sala por 5 minutos durante a aula para respirar e se equilibrar, e, em seguida, poder retornar às propostas curriculares, sendo a partir do estabelecimento da rotina observada em suas crises, respostas irritadiças e comportamento junto aos colegas da turma.

Entendemos que o currículo atitudinal no ensino da arte está longe de ser suplementar e estranho à área de arte e, pelo investimento relacional que lhe é característico, pode vir contemplar aspectos de uma terapêutica coletiva que se assentam no bem-estar e no cuidado, oportunamente em atendimento a demandas que se avolumaram decorrentes do isolamento na pandemia e impactam a implementação curricular das unidades escolares, isto é, uma estética nos currículos que parte da arte e tem como centralidade a existência envolvendo um esforço de acolhimento da comunidade que, como nos lembra Sueli Carneiro (2023), ocorre em atenção a questões de ordem social e racial.

Dessa maneira, o cuidado pode também ser matéria do ensino da arte pelo trabalho com as atitudes e os comportamentos que transformam a vida em seu benefício e tornam o modo de relacionamento com a comunidade mais generoso e aprazível, partindo de relacionamentos que, evidentemente, reconhecem a particularidade de si diante de questões e conflitos comuns à vida cotidiana e, por outro lado, da multiplicidade do outro para além de interesses pessoais e voluntaristas em sua ampliação de mundo, como uma estética que pensa a existência a todo momento pela sensibilidade e pelo afeto mobilizados em sala de aula.

Por fim, gostaríamos de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa, sem o qual, em vista de nossa formação, não seria possível realizá-la com a atenção, o comprometimento e a regularidade desejada.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Lei N° 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. *Lei N° 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DILMÉ, Dolores; FORRELAD, Missún; GRATACÓS, Rosa; OLIVER, Montserrat. Educação Artística: artes plásticas. In: ZABALA, Antoni (org.). *Como Trabalhar os Conteúdos Procedimentais em Sala de Aula*. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 79 - 106.